





# *Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu*

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de janeiro de 2020.

## Memorando

Ao

Excelentíssimo Senhor

**ROGÉRIO MATENDAL**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU/PR.

Prezado Senhor

Com meus cordiais cumprimentos, venho pelo presente solicitar atenção e providência de Vossa Excelência, no sentido de autorizar, para que dentro dos ditames legais, seja licitado a contratação de EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro/2020.

Sendo este o assunto do momento, reitero a vossa senhoria os meus protestos de estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,

  
**MARCOS RAMÃO LOVERA**  
**DIRETOR GERAL**



# *Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu*

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de janeiro de 2020.

DO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

PARA:  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Preliminarmente à autorização solicitada mediante Memorando, o Processo deverá tramitar pelos Setores competentes com vistas:

- 1- À indicação de recurso de ordem orçamentária para fazer frente à despesa;
- 2 – À elaboração de **projeto básico** elencando a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 – À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e julgamento das propostas;
- 4 – Ao exame da regularidade da licitação e contrato, nos termos do art. 5º, inc. V, da Res. 55/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno;
- 5 – Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item terceiro acima.

Cordialmente,

**ROGÉRIO MATENDAL**  
Presidente



# *Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu*

ESTADO DO PARANÁ

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 20 de Janeiro de 2020.

PARECER REFERENTE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,  
DATADO DE 20/01/2020.

ASSUNTO: INDICAÇÃO DE RECURSOS DE ORDEM ORÇAMENTÁRIA PARA FAZER  
FRENTE À DESPESA;

**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro de 2020.

**Preço máximo será de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).**

## DEPARTAMENTO CONTÁBIL

### DEPARTAMENTO CONTÁBIL

Informo a existência de previsão de recursos orçamentários para a execução do objeto em epígrafe.

Dotação Orçamentária nº:

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Declaro a existência de recursos financeiros para a execução do objeto em epígrafe.

**ANDERSON PARISE DA ROSA**

Contador

CRC/PR 43.920/06



# **Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu**

ESTADO DO PARANÁ

## **PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de janeiro a dezembro de 2020.

### **2. DETALHAMENTO DO OBJETO:**

**2.1. DESCRIÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** Sede da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, sita à Rua das Comunicações, nº 1828, Centro, Santa Terezinha de Itaipu-PR.

**2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:** Fornecimento de Telefonia Fixa para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

**2.3. PRAZOS:** Os serviços serão recebidos diariamente, no período de Janeiro a Dezembro de 2020.

**3. JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a contratação da empresa **OI S/A** inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, com endereço comercial sito à Travessa Teixeira de Freitas, nº 75 - Mercês - Curitiba/PR, uma vez que a operadora é a única que disponibiliza os serviços citados acima, no município de Santa Terezinha de Itaipu.

**3.1 JUSTIFICATIVA DO TIPO DE LICITAÇÃO:** A contratação direta fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93.

**4. PERÍODO DE EXECUÇÃO:** Janeiro a Dezembro de 2020;

**5. VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 8.000,00 (Oito mil reais);

**6. FORMA DE PAGAMENTO:** pagos mensalmente de acordo com entrega do serviço e consumo;

**7. HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:** Certidões Negativas do FGTS, Receita federal e Estadual e Débitos Trabalhistas;

**8. REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO:** Não Há;

**9. FISCALIZAÇÃO:** A fiscalização será acompanhada por um representante da Administração Pública especialmente designado.

**10. RESPONSÁVEL PELO PROJETO:** MARCOS RAMÃO LOVERA, Diretor Geral, Matrícula nº 2240.

Santa Terezinha de Itaipu, 20 de janeiro de 2020.

  
**MARCOS RAMÃO LOVERA**  
Diretor Geral



# ***Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu***

ESTADO DO PARANÁ

de

## **INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020**

### **JUSTIFICATIVA**

Justifica-se a contratação da empresa **OI S/A** inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, com endereço comercial sito à Travessa Teixeira de Freitas, nº 75 - Mercês - Curitiba/PR, que tem como objetivo FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA para a Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu no período de Janeiro a Dezembro/2020, visto que a operadora é a única que disponibiliza os serviços citados acima no município de Santa Terezinha de Itaipu. Sendo que o ônus da outorga encontra-se dentro do limite permitido em lei para a contratação direta, não há necessidade que se abra o processo licitatório para o julgamento de propostas e em razão da natureza singular, com profissionais e produtos que só possam ser fornecidos pela empresa em questão.

Fundamentado na Lei 8.666, artigo 25, inciso I, de 21 de Junho de 1.993, não há necessidade de abrir um processo licitatório para a devida contratação do serviço.

Utilizando-se dos critérios abaixo, justificamos o ato.

- 1) Encontra-se constituído, nos termos da legislação vigente:

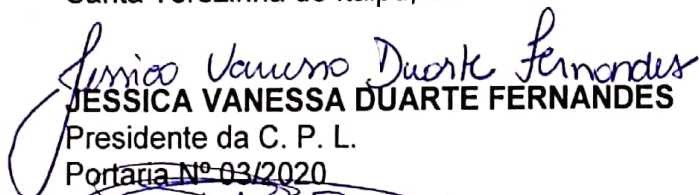
Lei nº 8.666/93


Artigo 25. É Inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

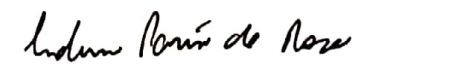
I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

A inexigibilidade em tela é praticável, e foi constatado que atende às necessidades da Câmara Municipal. Fixado o preço para a referida prestação dos serviços em R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), pagos mensalmente de acordo com a entrega do serviço e consumo.

Santa Terezinha de Itaipu, 20 de Janeiro de 2020.

  
**JESSICA VANESSA DUARTE FERNANDES**  
Presidente da C. P. L.  
Portaria Nº 03/2020

  
**PAULO CELSO DE LIMA**  
Membro da C. P. L.  
Portaria Nº 03/2020

  
**ANDERSON PARISE DA ROSA**  
Membro da C. P. L.  
Portaria Nº 03/2020



Receita Federal

**CERTIDÃO**

Of

## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN sobre o contribuinte 76.535.764/0001-43 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

[Nova Consulta](#)

R

Voltar

Imprimir

08



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 76.535.764/0001-43

**Razão Social:** OI S A

**Endereço:** RUA DO LAVRADIO, 71 ANDAR 2 / CENTRO / RIO DE JANEIRO / RJ /  
20230-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

**Validade:** 06/01/2020 a 04/02/2020

**Certificação Número:** 2020010613291892784612

Informação obtida em 20/01/2020 10:33:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 76.535.764/0001-43

Certidão nº: 1602884/2020

Expedição: 20/01/2020, às 10:35:30

Validade: 17/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **76.535.764/0001-43**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo:

0010340-18.2015.5.01.0036 - TRT 01ª Região  
0000775-30.2011.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*  
0000828-90.2011.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*  
0000867-53.2012.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*  
0078900-90.2002.5.04.0001 - TRT 04ª Região \*  
0001382-09.2011.5.04.0001 - TRT 04ª Região \*\*  
0057800-76.2002.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0120400-89.2009.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0000431-41.2013.5.04.0002 - TRT 04ª Região \*  
0084200-51.2007.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0143700-14.2008.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0001073-16.2010.5.04.0003 - TRT 04ª Região \*  
0061400-65.2003.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*  
0033400-79.2008.5.04.0004 - TRT 04ª Região \*  
0000572-19.2011.5.04.0006 - TRT 04ª Região \*\*  
0038200-49.2005.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0000323-02.2010.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0000723-45.2012.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0000704-70.2011.5.04.0008 - TRT 04ª Região \*  
0120900-81.2002.5.04.0009 - TRT 04ª Região \*  
0113000-68.2007.5.04.0010 - TRT 04ª Região \*  
0012700-61.2008.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0091800-31.2009.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0024200-34.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0081500-12.2006.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0088600-17.2003.5.04.0014 - TRT 04ª Região \*  
0103700-87.1995.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*  
0131600-40.1998.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0049700-83.2008.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*  
0001161-10.2013.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*  
0020000-89.2004.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0136600-62.2005.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0129400-06.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0119600-80.2004.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0020300-77.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0075500-35.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0135200-05.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0074100-15.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0132000-53.2009.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000630-14.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000712-45.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000735-88.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001442-56.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0000829-02.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0001508-02.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0073700-05.2003.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*  
0077700-09.2007.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*  
0082400-61.2003.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0141000-65.2009.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0000129-14.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0000306-75.2011.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0000789-37.2013.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0087600-46.2003.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*\*  
0091300-59.2005.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0119200-12.2008.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0045100-52.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0146000-43.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0000695-91.2010.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0000912-37.2010.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0111000-51.2001.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0099400-96.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0120600-62.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0134200-53.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0042700-32.2004.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0042500-80.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0074900-50.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0100400-52.2007.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0117301-47.2005.5.04.0101 - TRT 04ª Região \*  
0079200-67.2007.5.04.0101 - TRT 04ª Região \*  
0006200-65.2006.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0087600-33.2008.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0000251-50.2012.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*\*

0088100-15.2003.5.04.0122 - TRT 04ª Região \*

0010779-44.2011.5.04.0211 - TRT 04ª Região \*

0010784-66.2011.5.04.0211 - TRT 04ª Região \*

0000180-26.2012.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0010038-76.2015.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0010043-98.2015.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0010045-68.2015.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0011137-52.2013.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0132700-77.1994.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*

0000451-52.2013.5.04.0351 - TRT 04ª Região \*

0000302-89.2010.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*

0044200-94.2006.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*

0197300-12.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*

0001523-22.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*

0000249-46.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*

0000375-96.2012.5.04.0663 - TRT 04ª Região \*

0053100-94.2002.5.04.0701 - TRT 04ª Região \*

0074100-47.2008.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*\*

0000354-94.2012.5.04.0801 - TRT 04ª Região \*\*

0000373-03.2012.5.04.0801 - TRT 04ª Região \*\*

0001620-53.2011.5.04.0801 - TRT 04ª Região \*\*

0156700-84.2005.5.04.0812 - TRT 04ª Região \*

0000450-15.2013.5.04.0821 - TRT 04ª Região \*

0000265-85.2012.5.04.0861 - TRT 04ª Região \*

3292500-52.2009.5.09.0004 - TRT 09ª Região \*

0000233-62.2010.5.09.0004 - TRT 09ª Região \*

0941000-32.2001.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

1522700-65.2004.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*\*

0120900-86.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*\*

0886700-20.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

1974300-28.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

2174700-45.2008.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

0750900-04.2007.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*\*

0001501-39.2010.5.09.0009 - TRT 09ª Região \*

0001708-58.2012.5.09.0012 - TRT 09ª Região \*

0000021-11.2010.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0003700-51.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região \*

0230200-36.2004.5.09.0019 - TRT 09ª Região \*

0044600-61.2003.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

0033600-54.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0040300-46.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*  
0040400-98.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*\*  
0291600-63.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*\*  
0319400-66.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*\*  
0339200-80.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*\*  
0159800-03.2009.5.09.0025 - TRT 09ª Região \*  
9957400-91.2006.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*  
9957700-53.2006.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*\*  
0129500-27.2003.5.09.0071 - TRT 09ª Região \*  
0058200-94.2006.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0149400-80.2009.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0000864-93.2010.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0000636-84.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0001678-71.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*  
0017400-89.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*  
0001615-39.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*  
0001618-91.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*  
0000643-25.2011.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*  
0020500-22.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*\*  
0150200-51.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*  
0012200-78.2003.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*  
0054700-46.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001547-30.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001568-06.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0000201-04.2012.5.09.0096 - TRT 09ª Região \*  
0288600-65.2008.5.09.0322 - TRT 09ª Região \*\*  
0682800-78.2002.5.09.0652 - TRT 09ª Região \*  
0020100-44.2004.5.09.0653 - TRT 09ª Região \*  
0332500-14.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0508300-56.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0004400-66.2002.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0403700-51.2004.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*  
0000430-32.2014.5.09.0665 - TRT 09ª Região \*  
0000628-02.2010.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*\*  
0001684-40.2010.5.09.0678 - TRT 09ª Região \*\*  
0232100-15.2008.5.09.0892 - TRT 09ª Região \*\*  
0000187-15.2011.5.10.0003 - TRT 10ª Região \*\*  
0077900-59.2008.5.10.0007 - TRT 10ª Região \*  
0000306-11.2014.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*  
0001858-11.2014.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*  
0712700-94.2001.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*  
0815300-91.2009.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000826-41.2015.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*\*  
 0631000-82.2009.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*  
 0000780-88.2016.5.12.0043 - TRT 12ª Região \*\*  
 0157600-40.2009.5.18.0003 - TRT 18ª Região \*  
 0011141-27.2013.5.18.0004 - TRT 18ª Região \*  
 0030000-61.2008.5.18.0006 - TRT 18ª Região \*\*  
 0011700-35.2014.5.18.0008 - TRT 18ª Região \*\*  
 0010813-82.2013.5.18.0009 - TRT 18ª Região \*  
 0119200-29.2008.5.24.0001 - TRT 24ª Região \*  
 0037600-68.2008.5.24.0006 - TRT 24ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 164.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem deva versar a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, em virtude de inadimplência perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

14

Certidão de Déb

Receita PR

Sefanet

Expresso

As pendências existentes para o CPF/CNPJ 76.535.764/0001-43 não permitem a emissão de certidão automática. Usuário da Receita/PR poderá verificar as pendências da certidão na área restrita do portal. [Acesse aqui.](#)



Para solicitar a certidão em uma Agência da Receita Estadual (Consulte endereços aqui) preencha o requerimento e apresente os documentos necessários (NPF 104/2014).

Este serviço permite a emissão online de Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual para pessoa física ou jurídica:

- Certidão Negativa para CPF ou CNPJ que não possua débito junto à Receita Estadual do Paraná;
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – Automática para CPF ou CNPJ que, cumpridos os demais requisitos legais, possua débitos nas condições abaixo:
  - Parcelamento de tributo estadual (ICMS, IPVA e ITCMD) sem inadimplência e devidamente formalizado;
  - Processo Administrativo Fiscal - PAF com reclamação ou recurso, nos termos das leis reguladoras;
  - Depósito Judicial cadastrado no sistema da Receita Estadual, no valor do débito.

Preencha o CNPJ ou CPF

A presença realista para CNPJ (14 dígitos) engloba todos os estabelecimentos da empresa, tornando desnecessária a emissão de uma certidão para cada estabelecimento.

CNPJ

CPF

Código de controle da imagem abaixo



Gerar nova imagem

Emitir Limpar

Requerimento para solicitação da Certidão de Débitos numa unidade da Receita Estadual do Paraná.  
(O item 6 da NPF 104/2014 traz a relação dos documentos que devem acompanhar o requerimento)

**Legislação:** NPF 104/2014  
NPF 086/2015 - altera a NPF 104/2014  
Modelos de Certidões

**Ajuda:** Passo a Passo da Certidão de Débitos Web

Confirmação *online* de certidão emitida pela Receita Estadual.



14



# Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

## ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO N.º 003/2020

Inexigibilidade n.º 03/2020

Objeto: *Contratação de empresa especializada no fornecimento de telefonia fixa para a Câmara Municipal de Vereadores da Cidade de Santa Terezinha de Itaipu/PR.*

### I. Relatório:

Trata-se de processo licitatório que visa realizar o objeto acima descrito, isto com o fito de atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha de Itaipu/PR. Vieram os autos a esta Procuradoria Jurídica para verificação da legalidade e regularidade do procedimento adotado.

### II. Fundamentação:

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente análise jurídica tem por base, exclusivamente, nos elementos e documentos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Adiante, vale ressaltar que este procurador emite sua consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu/PR, nem analisar aspectos de natureza estritamente técnico ou administrativo.

Prosseguindo, a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte da Administração Pública deve ser precedida, em regra, pela licitação. É o que estabelecem o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e o artigo 2º da Lei Federal n.º 8.666/93.

Os mesmos dispositivos acima citados, no entanto, mencionam expressamente que a regra da contratação mediante licitação comporta **exceções em alguns casos específicos previstos na legislação**. Tais hipóteses vêm disciplinadas nos artigos 17, 24 e 25 da Lei n.º 8.666/93, os quais preveem, respectivamente, as situações de licitação dispensada, dispensável e inexigível.

No caso concreto, a contratação direta de empresa especializada para prestar o serviço em questão enquadra-se na hipótese de **licitação inexigível** em razão do fornecimento exclusivo por parte da OI S.A., conforme previsão do artigo 25, inciso I, da Lei n.º 8.666/96, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.048, de 1998)

(...)



# Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

## ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizara a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Os serviços públicos que são executados em regime de exclusividade no Município ou Estado por determinada pessoa jurídica denotam a impossibilidade jurídica de competição, autorizando a contratação pelo Poder Público por meio de inexigibilidade que é o caso da OI S.A., concessionário de serviço público que oferece o serviço de telefonia fixa de modo exclusivo em Santa Terezinha de Itaipu/PR.

Pois bem, após estas primeiras anotações, cumpre destacar que a Lei n.º 8.666/1993, no seu art. 26, parágrafo único, estabelece que o processo de inexigibilidade deve estar acompanhado de justificativa da necessidade da contratação, justificativa do preço ajustado e a razão da escolha do fornecedor, documentos que constam do presente processo administrativo.

Entretanto, registre-se a necessidade de se elaborar uma pequena tabela com os valor gastos nos meses do ano de 2019, como forma de apontar de forma mais clara a justificativa do preço lançado.

De acordo com as informações contidas no processo administrativo, a necessidade de contratação está baseada na indispensabilidade e essencialidade do serviço público para o correto e funcionamento mínimo desta Casa de Leis.

Como já dito anteriormente, a escolha do fornecedor está baseada no fato de que a concessionária a ser contratada presta o serviço público em regime de exclusividade no município, não havendo qualquer concorrente.

Em se tratando de inexigibilidade de licitação, a justificativa do preço a ser pago pode se dar através da comparação dos preços praticados pela mesma empresa com outros órgãos públicos. Esta é inclusive a posição consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU – Acórdão 1.945/2006 e 1.705/2003 – Plenário) e na Orientação Normativa n.º 17/2009 da Advocacia Geral da União:

A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.

Assim, o preço a ser pago pela prestação de serviços públicos esta submetido ao regime das concessões, segundo o qual a definição das tarifas deriva de proposta do licitante na concorrência prévia à concessão e das alterações posteriores desde que homologadas ou estabelecidas unilateralmente por agências reguladoras responsável pelo setor, não existindo a possibilidade de pactuação de tarifa diversa, impondo apenas que se demonstre a atualidade da tarifa e, no decorrer da

## PROCURADORIA JURÍDICA

contratação, que há a cobrança efetiva e não de tarifa diversa, através de faturas e até tabelas informativas das tarifas homologadas que estão sendo praticadas.

Em que pese tratar-se de inexigibilidade de licitação, é necessário que o fornecedor apresente-se regular perante o fisco, os encargos sociais e a justiça trabalhista para ser contratado e para receber os pagamentos, contudo não é o que se verifica da documentação anteriormente acostada.

Ocorre que nas hipóteses em que as contratadas são concessionárias de serviço público que prestam o serviço sem concorrentes, a exigência das regularidades acima pode ser dispensada, diante dos princípios da continuidade dos serviços públicos e da supremacia do interesse coletivo, desde de que previamente autorizada pela autoridade maior do órgão contratante e concomitantemente, a situação de irregularidade seja comunicada ao agente arrecadador e à agência reguladora, uma vez que a ausência de contratação ou do pagamento das faturas impedirá a execução das atividades do Poder Público, conforme orientação adotada pelo Tribunal de Contas da União (Decisão n.º 431/1997 – Plenário) e pela Advocacia Geral da União na orientação normativa n.º 009/2009:

A comprovação da regularidade fiscal na celebração do contrato ou no pagamento de serviços já prestados, no caso de empresas que detenham o monopólio de serviço público, pode ser dispensada em caráter excepcional, desde que previamente autorizada pela autoridade maior do órgão contratante e concomitantemente, a situação de irregularidade seja comunicada ao agente arrecadador e à agência reguladora.

Por fim, cabe tecer algumas considerações sobre o instrumento adequado para a formalização das contratações com concessionárias de serviço público que atuam em regime de exclusividade no município ou estado.

O contrato administrativo só poderá ser substituído por outro instrumento, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução do serviço, instrumentos bem mais singelos que um contrato, nos casos de compra para entrega imediata e integral dos bens e serviços adquiridos, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, conforme § 4º do Art. 62 da Lei n.º 8.666/93.

No entanto, a própria Lei n.º 8.666/93 deu contornos distintos aos contratos em que a Administração Pública contratante é mera usuária de serviços públicos. Nessa hipótese, as regras pertinentes são dadas pelo concessionário, permissionário, sem sujeição a algumas regras da referida Lei.

É nesse sentido o comando do Art. 62, § 3º, da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

**Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.**

[...]

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:  
I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;  
II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

## PROCURADORIA JURÍDICA

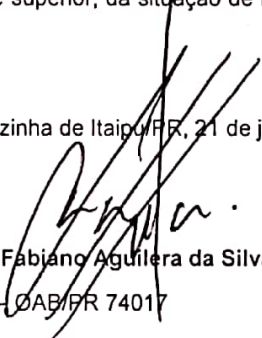
É preciso ter em conta que nos casos de contratação de serviços públicos, a Administração figura como contratante, usuária do serviço público prestado, sujeitando-se, portanto, às condições impostas pelo concessionário ou permissionário, não podendo aqui utilizar-se de seu poder de império, ficando, pois, sujeita às mesmas condições contratuais previstas para o usuário comum, sendo o procedimento normal do Poder Público aderir à minuta padrão do contrato para o fornecimento de luz, água e esgoto, até mesmo porque fica impossibilitada de impor cláusulas exorbitantes em favor do ente contratante, pois a Lei n.º 8.666/1993 passa a ser aplicada de forma subsidiária.

Assim, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, em tal hipótese será dispensada a formalização de contrato administrativo, uma vez que o Poder Legislativo se submeterá ao contrato de adesão da concessionária de serviço público.

### III. Conclusão:

DIANTE DO EXPOSTO, conclui-se favoravelmente à possibilidade de contratação mediante inexigibilidade de licitação, ressalta-se a sugestão de se elaborar uma tabela no qual conste todos os gastos realizados no ano de 2019, mês à mês, bem como reforça-se a necessidade de comunicação, dentro de três dias, à autoridade superior, da situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial deste município.

Santa Terezinha de Itaipu/PR, 21 de janeiro de 2020.

  
Francisco Fabiano Aguilera da Silva  
Advogado - OAB/PR 74017

OI

2019

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
R\$ 460,25	R\$ 467,60	R\$ 372,87	R\$ 414,96	R\$ 419,01	R\$ 462,16	R\$ 406,12	R\$ 379,48	R\$ 377,59	R\$ 353,19	R\$ 348,33	R\$ 342,81	R\$ 4.804,37
MÉDIA MENSAL -->												R\$ 400,36

VALOR EMPENHADO --> R\$ 7.800,00  
VALOR PAGO --> R\$ 4.804,37  
SALDO --> R\$ 2.995,63



# ***Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu***

ESTADO DO PARANÁ

## **EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

**CONTRATADA:** OI S/A

**OBJETO:** REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

**VALOR:** R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

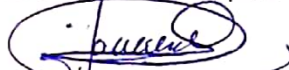
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

Santa Terezinha de Itaipu, 21 de Janeiro de 2020.

  
ROGÉRIO MATENDAL  
PRESIDENTE



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU - PR

De acordo com a Lei nº 1450/2012 e Decreto 117/2013

QUINTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2020 – ANO VIII – EDIÇÃO Nº 1702

## DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.44.99.00 – Serv. De Água e Esgoto.

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 21 DE JANEIRO DE 2020.

ROGÉRIO MATENDAL  
PRESIDENTE

## EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

CONTRATADA: OI S/A

OBJETO: REFERENTE AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE TELEFONIA FIXA PARA A CÂMARA MUNICIPAL NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8666/93 ARTIGO 25 INCISO I.

VALOR: R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

## DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

001 – CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros.

3.3.90.39.58.00.00 – Serviços de Telecomunicações

SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, 21 DE JANEIRO DE 2020.

ROGÉRIO MATENDAL  
PRESIDENTE